

NEWSLETTER DIGESTO N.º 20/2018

Disponibilização: 8 de outubro de 2018

Período abrangido: 24 de setembro a 4 de outubro de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Agricultura
2. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
 - Florestas e Desenvolvimento Rural
3. Cultura
4. Defesa
5. Desporto
6. Economia
 - Energia
 - Inovação e Empreendedorismo
 - Turismo
7. Educação e Ensino Superior
8. Finanças
 - Contribuições e Impostos
 - Sistema financeiro
9. Justiça
 - Justiça Constitucional
 - Política de Justiça
10. Mar
11. Negócios Estrangeiros
 - Comunidades Portuguesas
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
12. Saúde

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. AGRICULTURA

[Despacho n.º 9118/2018, de 27 de setembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Regula os pedidos de autorização especial de medicamentos veterinários, nomeadamente os respeitantes às notificações no âmbito da autorização de utilização especial anual dos medicamentos veterinários constantes da lista positiva.

2. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Despacho n.º 8934-A/2018, de 21 de setembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Determina a atribuição de um apoio do Fundo Ambiental para a recuperação imediata das infraestruturas, equipamentos e bens localizados nas áreas dos municípios de Monchique, Silves e Portimão afetadas pelos incêndios florestais, cuja recuperação seja essencial à vida das populações ou cuja reposição do funcionamento revista caráter urgente e inadiável.

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Despacho n.º 9084-A/2018, de 26 de setembro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Prorroga até 15 de outubro o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios, para o ano de 2018, por força das circunstâncias meteorológicas excecionais.

[Portaria n.º 270/2018, de 28 de setembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Prorroga os prazos previstos no n.º 1 do artigo 7.º (submissão de candidaturas) e no n.º 2 do artigo 8.º (verificação dos prejuízos) da Portaria n.º 232-B/2018, de 20 de agosto, que estabelece um regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis e limites de apoio, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, no âmbito do apoio a conceder às explorações atingidas pelos incêndios que afetaram freguesias dos municípios de Monchique, Portimão, Silves e Odemira entre 3 e 11 de agosto de 2018.

[Despacho n.º 9269-A/2018, de 2 de outubro](#)
(Administração Interna - Gabinete do Ministro)

Declara a Situação de Alerta para o período compreendido entre as 18 horas do dia 1 de outubro e as 23 horas e 59 minutos do dia 3 de outubro de 2018, para os Distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

3. CULTURA

[Portaria n.º 490/2018, de 28 de setembro de 2018](#)
(Finanças, Cultura e Economia - Gabinetes dos Ministros das Finanças, da Cultura e da Secretária de Estado do Turismo)

Estabelece as normas de aplicação do regime de incentivo à produção cinematográfica e audiovisual no âmbito do Fundo de Apoio ao Turismo e ao Cinema, criado pelo Decreto-Lei n.º 45/2018, de 19 de junho, e aprova o Regulamento do Incentivo à Produção Cinematográfica e Audiovisual.

[Aviso n.º 14130/2018, de 3 de outubro](#)
(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Torna público a abertura de procedimento simplificado para apresentação de candidaturas no âmbito do Programa de Apoio a Projetos - Apoio Complementar ao Programa Europa Criativa, com o montante financeiro global disponível de (euro) 170.000,00 (cento e setenta mil euros).

[Regulamento n.º 630/2018, de 3 de outubro](#)
(Cultura - Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.)

Aprova o Regulamento relativo aos suportes das versões definitivas das obras apoiadas pelo ICA.

4. DEFESA

[Despacho n.º 9011/2018, de 25 de setembro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Aprova, no âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa, o Acordo Técnico entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministro da Defesa da República Italiana relativo ao *Joint Combined Special Forces Exercise «Guerriers de la Méditerranée 2018»* (GdM18).

[Portaria n.º 506/2018, de 2 de outubro](#)
(Defesa Nacional - Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional)

Aprova o Regulamento de serviços prestados pelos Órgãos e Serviços da Autoridade Marítima Nacional.

[Despacho n.º 9326/2018, de 4 de outubro](#)

(Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Aprova a minuta do «Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa Nacional da República Portuguesa e o Ministério da Defesa da República Federativa da Defesa do Brasil sobre a Instalação e Funcionamento do Escritório Brasileiro de Ligação em Portugal».

5. DESPORTO

[Decreto Regulamentar n.º 10/2018, de 3 de outubro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria a Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto.

6. ECONOMIA

- ENERGIA

[Despacho n.º 9217/2018, de 1 de outubro](#)

(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia)

Determina o desconto a aplicar nas tarifas de acesso às redes de eletricidade, aplicável a partir de 1 de janeiro de 2019.

- **INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO**

[Portaria n.º 275/2018, de 4 de outubro](#)
(Administração Interna e Economia)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 344/2017, de 13 de novembro, que define o regime de certificação de incubadoras com vista ao acolhimento de estrangeiros empreendedores que pretendam desenvolver um projeto de empreendedorismo e/ou inovação em Portugal.

- **TURISMO**

[Despacho Normativo n.º 12/2018, de 25 de setembro](#)
(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Determina a alteração da Linha de Apoio à Tesouraria, do Regulamento do Programa de Apoio a Congressos e Eventos e do Aviso para a apresentação de candidaturas à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior.

7. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 9289/2018, de 3 de outubro](#)
(Educação - Gabinete do Ministro)

Fixa o apoio financeiro aos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública para aquisição de material didático, no ano letivo 2018/2019.

8. FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Portaria n.º 269/2018, de 26 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Economia)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 246-A/2016, de 8 de setembro, que estabelece as condições e os procedimentos do regime de reembolso parcial de impostos sobre combustíveis para empresas de transportes de mercadorias, previsto no artigo 93.º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho.

- **SISTEMA FINANCEIRO**

[Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2018, de 26 de setembro](#)

(Banco de Portugal)

Estabelece os aspetos necessários a assegurar o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, no âmbito da atividade das entidades financeiras sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

[Norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões n.º 6/2018-R, de 1 de setembro](#)

(Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões)

Publicita a Norma Regulamentar n.º 6/2018-R, de 14 de setembro, que estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no quarto trimestre de 2018.

9. JUSTIÇA

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão \(extrato\) n.º 327/2018, de 24 de setembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Interpreta o artigo 14.º, n.º 4, da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, em consonância com o n.º 5 do mesmo artigo, em conformidade com princípio da proibição da indefesa, consagrado no artigo 20.º, n.ºs 1 e 4, da Constituição, no sentido de que o despejo imediato com fundamento em falta de pagamento de rendas vencidas na pendência da ação nele previsto não é automático, sendo o seu requerimento livremente apreciado pelo juiz, pelo que, nos casos em que na ação de despejo persista controvérsia quanto à existência ou exigibilidade do próprio dever de pagamento de renda, o réu não deve ser impedido de exercer o contraditório mediante a utilização dos correspondentes meios de defesa.

[Acórdão \(extrato\) n.º 331/2018, de 24 de setembro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma contida nos artigos 220.º, 289.º e 1069.º do Código Civil, na interpretação segundo a qual o arrendatário de prédio expropriado por utilidade pública não tem direito a indemnização, quando o contrato de arrendamento padeça de nulidade decorrente de não ter sido observada a forma escrita imposta por lei.

[Acórdão \(extrato\) n.º 378/2018, de 2 de outubro](#)
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma constante Verba 28.1 da Tabela Geral do Imposto do Selo, aprovada pela Lei n.º 55-A/2012, de 29 de outubro, e alterada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, na parte em que impõe a tributação anual sobre a propriedade de terreno para construção cuja edificação, autorizada ou prevista, seja para habitação, cujo valor patrimonial tributário seja igual ou superior a EUR 1 000 000; revoga o Acórdão n.º 250/17.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Aviso n.º 13745/2018, de 26 de setembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Instituto Nacional de Estatística, I. P.)

Torna público o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, a vigorar no ano civil de 2019.

10. MAR

[Despacho n.º 8970/2018, de 24 de setembro](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Fixa os tamanhos mínimos de comercialização de moluscos bivalves vivos provenientes de estabelecimentos de culturas em águas marinhas.

[Despacho n.º 9193-B/2018, de 28 de setembro](#)

(Mar - Gabinete da Ministra)

Interdita a captura, manutenção a bordo e descarga de sardinha (*Sardina pilchardus*), até ao dia 15 de maio de 2019, com qualquer arte de pesca, na zona 9 definida pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar.

[Portaria n.º 271-A/2018, de 1 de outubro](#)

(Mar)

Altera (quarta alteração) a Portaria n.º 90/2013, de 28 de fevereiro, que define o modelo de gestão, incluindo a repartição por quotas, para a pesca de espadarte com palangre de superfície no Oceano Atlântico e no Mar Mediterrâneo.

11. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- COMUNIDADES PORTUGUESAS

[Despacho \(extrato\) n.º 9051/2018, de 26 de setembro](#)

(Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Determina que o Consulado Honorário em Nairobi e o Consulado Honorário em Mombaça, na área da jurisdição da Embaixada de Portugal em Adis Abeba, sejam integrados na área da jurisdição consular da Embaixada de Portugal em Nairobi.

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Aviso n.º 13839/2018, de 27 de setembro](#)

(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna público as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de outubro de 2018.

[Aviso n.º 115/2018, de 2 de outubro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário, comunicou ter a República Portuguesa efetuado, a 15 de fevereiro de 2018, a retirada da reserva à secção 18 b) feita no momento da adesão à Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, adotada em Nova Iorque, em 13 de fevereiro de 1946.

[Aviso n.º 116/2018, de 3 de outubro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração em conformidade com o artigo 42.º, relativamente à Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, adotada na Haia, a 18 de março de 1970.

[Aviso n.º 117/2018, de 3 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração em conformidade com o artigo 15.º, relativamente à Convenção Relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, adotada na Haia, a 5 de outubro de 1961.

[Aviso n.º 119/2018, de 3 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração relativamente à Convenção Relativa ao Processo Civil, adotada na Haia, a 1 de março de 1954.

[Decreto n.º 24/2018, de 4 de outubro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Registo de Objetos Lançados no Espaço Exterior, adotada em Nova Iorque, em 12 de novembro de 1974.

[Aviso n.º 121/2018, de 4 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Torna público que o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino dos Países Baixos notificou ter a República Portuguesa formulado uma declaração em conformidade com o artigo 45.º, relativamente à Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças, adotada na Haia, a 25 de outubro de 1980.

12. SAÚDE

[Despacho n.º 9323-A/2018, de 3 de outubro](#)

(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Determina a estratégia de implementação de Unidades de Hospitalização Domiciliária no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão